



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Comissão de Saúde	
N.º Único	668 ^{CS} 868
Entrada/saída n.º	11
Data	06 / 01 / 2021

Exma. Senhora
Presidente da Comissão de Saúde
Deputada Maria Antónia Almeida Santos

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança
Social
Deputado Pedro Roque

Exmo. Senhor Presidente Da Comissão Eventual
para o acompanhamento da aplicação das medidas
de resposta à pandemia da doença COVID-19 e do
processo de recuperação económica e social
Deputado Luís Moreira Testa

ASSUNTO: Requerimento para Audição Conjunta do Presidente da Associação de Apoio Domiciliário, de Lares e Casas de Repouso de Idosos, com carácter de urgência

Sendo público que já teve início a fase de vacinação contra a Covid-19 a residentes em lares, e estando apenas considerados no plano de vacinação disponibilizado pelo Ministério da Saúde, de 17 de dezembro de 2020, os residentes e funcionários das ERPI legais, considerando um universo de 118 mil pessoas, o GPPSD questionou em audição a senhora Ministra da Saúde e a senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a 18 e 21 de dezembro de 2020, respetivamente, qual seria a atuação do governo em relação aos lares ilegais ou clandestinos. Não obteve resposta de nenhuma das responsáveis das tutelas.

Contudo, a 4 de janeiro de 2021, dia em que foi iniciada a fase de vacinação dos residentes em lares, a Ministra do Trabalho, Sólidiedade e Segurança Social declarou ter enviado já uma listagem de 788 lares ilegais mapeados pela Segurança Social e que serão integrados no plano de vacinação em curso.

Segundo a Associação de Apoio Domiciliário, de Lares e Casas de Repouso de Idosos (ALI) o número estimado de unidades ilegais é superior às instituições legalizadas, estimando-se que existam 3.500 lares ilegais ou clandestinos apenas na faixa litoral entre Viana do Castelo e Setúbal.

Sendo este número muito díspar do referido pela tutela (apenas 20% do estimado pela ALI, e que não considera todo o território nacional), e querendo o GPPSD salvaguardar a vacinação de todo o universo de idosos institucionalizados, sem qualquer possibilidade de discriminação, considera o GPPSD de enorme relevância requerer, com carácter de urgência – uma vez que fase de vacinação destes utentes já está em curso - a audição conjunta pela Comissão de Saúde, pela Comissão do Trabalho e Segurança Social e pela Comissão Eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença COVID-19 e do processo de recuperação económica e social do Presidente da ALI, João Ferreira de Almeida.

Palácio de São Bento, 5 de Janeiro de 2021

Os Deputados,

Ricardo Baptista Leite

Clara Marques Mendes

António Maló de Abreu

Helga Correia

Ofélia Ramos